

# Mauá, o economista do Império

## Análise de sua crítica científica ao padrão-ouro

Santiago Fernandes \*

1. Introdução; 2. O meio circulante do Brasil; 3. O ouro, falso padrão; 4. Recursos metodológicos ligados à experiência; 5. A rejeição do absurdo; 6. Conclusão; Apêndices: A) e B).

“Não haverá algum grande equívoco no modo de apreciar esta questão, da parte daqueles que sustentam idéias que, por mais que se diga, não têm base científica, e às quais a prática, ou a experiência, dá um desmentido formal?”

Visconde de Mauá (1878)

### 1. Introdução

Na luta contra o erro milenar de se confundir o dinheiro com os metais preciosos — erro que a economia clássica e Karl Marx consolidaram — é grato descobrir, numa investigação do pensamento esclarecido em nosso passado, que houve um brasileiro, com os mais assinalados serviços prestados ao desenvolvimento econômico do País, que se bateu com as armas superiores da razão científica, contra o mito da moeda metálica, procurando dotar o Brasil de um sistema monetário racional que ajudasse

\* Autor de *Ouro — A relíquia bárbara — De Bretton Woods ao FMI no Rio*, da Editora Fundo de Cultura, 1967, livro de crítica ao sistema monetário internacional, homologado na Conferência de Bretton Woods, à qual teve a oportunidade de assistir quando, jovem funcionário do Banco do Brasil, era bolsista nos EUA. Escreveu ali, para um curso na Universidade de Colúmbia, o ensaio “Gold — A barbarous relic”, publicado na revista *Commercial & Financial Chronicle*, de Nova Iorque (set. 1944). Seu estudo “L’actualité de Boisguillebert pour la France et le monde” apareceu na revista *Les Annales de L’Economie Collective*, da Bélgica (n. jan./mar. 1973).

Vários capítulos de seu livro de 1967 foram traduzidos para o alemão e publicados na revista *Telos — die Welt von Morgen*, de Berlim (n. set. e out. 1969 e jan. 1970). É também autor de *A miséria do ensino da filosofia no Brasil* (1954), publicação relacionada com a crítica da doutrina marxista e a experiência vivida em curso de filosofia da Universidade do Brasil. Tem exercido intensa atividade na imprensa, versando problemas de teoria e política econômica.

a acelerar seu desenvolvimento. Chamou-se ele Irineu Evangelista de Souza, feito depois Barão e Visconde de Mauá, pela extraordinária ação que exerceu para o progresso de sua pátria.

O nome de Mauá é conhecido e louvado pelos brasileiros (a nosso ver nunca no grau em que o merece) como o maior empresário que o Brasil já teve, realizador de empreendimentos pioneiros e básicos ligados ao nosso desenvolvimento econômico. Além disso, sabe-se que prestou igualmente serviços à Nação no campo da diplomacia, em relação a problemas com os países do Rio da Prata. Todavia, há uma faceta de seu gênio que parece totalmente desconhecida e rara de encontrar em homens dotados, como ele, de excepcional capacidade de realização prática. Referimo-nos à aptidão para dedicar-se à atividade especulativa no plano teórico-científico, com êxito, particularmente num campo complexo como é o da economia política. Mauá, no entanto, revelou-se capaz disso, e acreditamos ser lícito afirmar que, no deserto de atividade científica que foi o Brasil no século XIX, ele pode talvez ser classificado como o mais relevante espírito científico, dando-nos evidência disso nos escritos que deixou de crítica à teoria monetária dos economistas clássicos. O que impressiona, nos trabalhos que Mauá legou, é a poderosa lógica indutiva e dedutiva de que se utilizou, sempre amparado na melhor filosofia da ciência. Tal *approach* científico deixa-nos realmente algo perplexos quando sabemos de sua formação inteiramente autodidática de homem dedicado às atividades práticas no campo industrial, bancário, agrícola, etc.<sup>1</sup>

A nosso ver, a contribuição e o espírito científico de Mauá são de tal forma importantes que estão a exigir trabalho especial que lhes dê o relevo que merecem. Sua crítica à teoria clássica do padrão-ouro aparece desde o ano de 1853 quando presidente do segundo Banco do Brasil, por ele fundado, e depois em discursos parlamentares, de 1856 a 1858, bem como em seu admirável depoimento perante a comissão de inquérito sobre a crise de 1859 onde, com estilo semelhante ao de Ricardo, demonstrava o erro dos nossos "homens do ouro" e dos nossos "modernos Midas", com dizia, os quais pretendiam que as variações da taxa cambial dependiam exclusivamente da ausência de lastro metálico na moeda. O documento relativo à crítica de 1853 encontra-se no mesmo relatório da comissão de inquérito de 1859.

<sup>1</sup> Menino órfão, chegou ao Rio de Janeiro vindo do Rio Grande do Sul, para empregar-se no comércio, ignorando-se mesmo tivesse ele formação regular de nível primário. Viveu de 1813 a 1889.

## 2. O meio circulante do Brasil

Acreditamos que será possível dar ao leitor o perfil de cientista de Mauá, salientando os métodos de que se serviu em seu ensaio "O meio circulante no Brasil" (1878), ao provar a falsidade da teoria clássica e marxista, que sustentava ser cientificamente indispensável a presença de ouro ou prata no sistema monetário do regime de produção baseado na iniciativa e propriedade privadas. A leitura desse trabalho revela que Mauá, tal como fizera em seu depoimento na comissão de inquérito da crise de 1859, desenvolve sua argumentação fazendo o que no mundo universitário anglo-americano se denomina "*history and analysis*". Isto é, expõe fatos históricos, relativos à experiência do papel-moeda no Brasil desde sua independência, para, com esses dados indutivos, fazer a análise dedutiva e chegar à conclusão de que eram falsas as teses apregoadas "pelos mestres da ciência econômica", como dizia. O leitor encontrará, em apêndice, um resumo desse ensaio de Mauá, onde poderá melhor acompanhar o sentido dos comentários que aqui faremos. As passagens que citaremos são da edição original de 1878, Rio. (J. Villeneuve & Cia.)

Para comprovar a erronia da escola clássica e de Marx, relativa à necessidade da moeda metálica nos sistemas de produção capitalista, Mauá parte de uma premissa fundamental — a conceituação de *teoria científica*: "É com efeito sabido — dizia — que antes que uma teoria consiga firmar-se na sólida base da *ciência*, tem que pôr à prova as suas conclusões, que devem ser *invariáveis* em todos os países e em qualquer ocasião; de outro modo perde a teoria aquela base." (p. 4)

Essa conceituação de teoria científica que alguns, influenciados pela equívoca metodologia do historicismo germânico e da chamada "dialética" de Marx, pretendem que não seria válida para a economia política,<sup>2</sup> é sem dúvida adequada, dentro da própria doutrina marxista, para o argumento que Mauá desenvolvia, já que Marx sustentava que a moeda metálica "jamais" poderia ser eliminada em qualquer sistema de economia monetária capitalista.<sup>3</sup> Ora, o que a análise dos fatos revelava a Mauá, no caso da economia monetária na história do Brasil, desde sua independência, era um desmentido formal à suposta doutrina científica de Marx e da economia clássica. Com dados estatísticos que a expe-

<sup>2</sup> Um equívoco a este respeito encontra-se na publicação do extinto ISEB *A dualidade básica da economia brasileira* (1957), de Inácio Rangel com introdução de Guerreiro Ramos, onde se pretende que Mauá se enganava naquela conceituação de ciência aplicada à economia política.

<sup>3</sup> Veja-se o capítulo "Marx, defensor do padrão-ouro" de nosso livro *Ouro — A reliquia bárbara* (1967).

riência histórica nacional lhe fornecia, Mauá mostrava como o Brasil obtivera vantagens sem os metais preciosos, salientando como nosso “mil réis”, sem lastro-ouro, tinha muitas vezes valor cambial superior ao da paridade definida por lei em termos daquele metal.

Se, pois, como pretendiam a economia clássica e Karl Marx, fosse uma lei ou regra científica a exigência da moeda metálica para o funcionamento da economia do mercado, e os dados da experiência do Brasil provavam o contrário, então essa lei ou regra científica era falsa. “Nosso País — observava Mauá — é o único que dispensou *completamente* as espécies metálicas da missão principal que o mundo econômico lhe assinalou. Estamos, pois, na exceção; como ir buscar na regra os meios de melhorar o instrumento de que nos servimos?” (p. 27)

Essa pequena mostra do raciocínio indutivo e dedutivo de Mauá, baseado em segura metodologia, é suficiente, a nosso ver, para ilustrar o espírito científico que o norteava. Sem dúvida, segundo a filosofia das ciências empíricas, uma lei, regra ou teoria científica, tem de ter validade universal. Não pode haver exceção. Isto é verdadeiro, por certo, para a *teoria do dinheiro*, em qualquer economia monetária, seja ela de regime socialista dos meios de produção, como é o caso da União Soviética, ou de regime baseado na iniciativa privada, em país democrático ou fascista.

Não pode haver uma teoria “burguesa” e uma teoria “socialista” do dinheiro, já que as funções que a moeda deve exercer são exatamente as mesmas. Como meio de troca, deve circular. Como unidade de medida dos valores econômicos, deve ser estável. Nessas funções, o dinheiro dispensa os metais preciosos. Em outras palavras, não podem coexistir dois conceitos de moeda, assim como dois conceitos de metro, ou de quilo, como unidades de medida. O que pode ser diferente é a escolha ou nome das unidades, não o conceito e os princípios científicos que as regem, devendo todas estar submetidas a um critério de estabilidade.

### 3. O ouro, falso padrão

Com relação ao conceito clássico e marxista da moeda-ouro, como “padrão ou medida do valor”, Mauá apresenta-nos em seu ensaio nova prova da agudeza crítica e analítica que confirma o refinamento de seu espírito científico. A moeda hoje é considerada unidade de medida de valores

e cálculo da renda nacional, quando estabilizado seu valor em termos de um nível de preços. Ricardo e Marx, porém, supunham que a moeda como “unidade de medida ou padrão de valor” era representada pelo *tempo de trabalho* gasto na extração desse metal, ou seja, pelo tempo de trabalho incorporado, num sentido abstrato, numa quantidade de peso de ouro que definia a moeda. Todavia, tanto Ricardo como Marx admitiam que essa quantidade de trabalho variava, havendo Ricardo feito tremendo contorcionismo para tentar justificar como esse “padrão de valor”, que variava, poderia ser considerado um “padrão invariável de valor”.<sup>4</sup>

Revelando-se atualizado com a noção científica de unidade de medida, Mauá não se deixou embair por esse argumento em favor da moeda metálica. Se variava o valor (tempo de trabalho) contido na moeda-ouro, então esse era falso padrão de medida. Assim, referindo-se ao conceito do *padrão de valor* dos clássicos com a mercadoria-ouro de suposto valor estável (em termos de tempo de trabalho), dizia Mauá: “Em vão se tem procurado *consegui-lo*, falhando ou *esbarrando* as pretensões dos mais abalizados economistas na impossibilidade de determinar a importância da *participação dos agentes naturais* na formação do valor em questão, sendo certo que, em alguns casos, haverá maior soma de *esforços pessoais* para produzir o agente buscado, ao passo que em outros predominará o auxílio de *agentes naturais*. A teoria da moeda (metálica) é, pois, viciosa economicamente falando e não responde à questão que pretende resolver.” (p. 10)

Nessa passagem, Mauá revela-se bem familiarizado com a obra de Ricardo, o que se comprova por um de seus discursos parlamentares (31.8.1858), onde o menciona com outros, de forma crítica. Notará o leitor, pelo resumo em apêndice, que no estágio subdesenvolvido dos estudos econômicos em nosso meio, na época (1878), Mauá traduzia a expressão “standard of value” por “tipo de valor” ou “tipo de valor invariável”, evidentemente referindo-se à expressão de Ricardo, *invariable standard of value*. O que importa, porém, salientar nesse tipo de crítica a um falso conceito de “padrão” ou “unidade” de medida dos clássicos, é que ela é da mesma natureza daquela a que veio dar ênfase o economista norte-americano Irving Fisher.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Veja-se capítulo 1, “On value”, da obra *Principles of political economy*, de David Ricardo.

<sup>5</sup> Vindo da física-matemática para a economia política, discípulo destacado do grande físico americano Willard Gibbs, como o próprio Fisher nos esclarece no prefácio de sua obra *Mathematical investigations in the theory of value and prices*, 1892.

Considerando, pois, o fato de não haver Mauá possuído qualquer educação formal no campo da filosofia da ciência ou de qualquer ciência empírica, causa certo espanto a sólida e atualizada metodologia que empregava em sua crítica a um falso conceito de padrão de medida. É este aspecto de sua análise que consolida nossa convicção, já expressa, de que se trata do mais relevante espírito científico que o Brasil apresentou no século XIX, pela contribuição crítica original a uma ciência em formação da complexidade e da importância da economia política. Eis por que acreditamos que, quando se fizer uma história do desenvolvimento das ciências no Brasil, Mauá certamente há de nela figurar.\*

Há, ainda, outros subsídios da crítica de Mauá aos dogmas da teoria clássica que merecem destaque. Registremos que ele antecipou aquilo que veio a ser reconhecido no mundo acadêmico somente depois de Keynes, não obstante os trabalhos anteriores de Boisguillebert, Malthus, Sismondi, Proudhon e do próprio Marx. Referimo-nos ao dogma da economia clássica de que o sistema econômico era automaticamente ajustável ao equilíbrio e ao pleno emprego dentro do regime do *laissez-faire* e do padrão-ouro. Os economistas clássicos, na convicção de que a oferta e a procura entravam sempre em equilíbrio, não consideravam as crises de depressão em seus esquemas teóricos e ignoravam a própria existência do dinheiro como influenciando nessas crises. Mauá, porém, desde seu depoimento de 1859, tinha consciência clara das crises econômicas e de quanto o sistema monetário metálico vigente contribuía para elas: "Quem há aí tão pouco lido na história financeira do mundo que não aponte com o dedo até as datas em que os terríveis efeitos dessas crises se fizeram sentir no mundo comercial?" (p. 9)

Verificando que em tais crises era o papel-moeda que salvava ou aliviava a situação, propunha Mauá a aceitação desse instrumento não apenas para os períodos de crises. Protestava contra os que admitiam que o papel-moeda era grande recurso nas depressões, mas negavam fosse empregado em condições de normalidade econômica: "Pode o mais, não pode o menos! A lógica — dizia Mauá — base fundamental de toda a argumentação sólida, ficaria sepultada se fosse sustentável a pretensão dos exagerados defensores da escola metálica." (p. 18)

\* Na obra *As ciências no Brasil*, trabalho pioneiro que merece enómios, o nome de Mauá aparece como industrial. Entre os homens de ciência que se destacaram no Brasil no século XIX são citados os chamados naturalistas, como José Bonifácio de Andrada e Silva, o mineralogista, que merece destaque, bem como zoólogos e botânicos, ou matemáticos. Acreditamos que a contribuição de Mauá não é inferior à delas. A obra citada (2 v.) foi organizada por Fernando Azevedo (Ed. Melhoramentos).

#### 4. Recursos metodológicos ligados à experiência

Não era obviamente Mauá nenhum irresponsável “papalista”. Sabia haver um limite para o uso do papel-moeda, além do qual este se tornava nocivo, pois, como dizia, entrava na esfera do *abuso*. “Como, porém, conhecer — indagava — a quantidade indispensável desse precioso meio circulante que possuímos para mover as transações de todo o Brasil? É sem dúvida — respondia — a questão mais difícil a resolver de quantas subleva a apreciação desse magno assunto de interesse nacional.” (p. 26)

A economia política nessa época, em particular no Brasil, não tinha consciência de instrumentos medidores da inflação, como números-índices, nem a própria noção do pleno emprego, etc.<sup>7</sup> Todavia, o espírito científico de Mauá indicava mais uma vez a trilha plausível a seguir. Em primeiro lugar, observava que a taxa cambial, dentro do sistema metálico de outros países, não poderia ser o “regulador”. Julgava que a taxa de juros do dinheiro “poderia servir de termômetro se não se tratasse de país tão vasto com tão variadas condições econômicas”. Mas, se não havia outros meios, cumpria então — dizia — lançar mão de “dados comparativos”, isto é, observar a quantidade de meio circulante *per capita*, em outros países. Citava a França, em seu exemplo, para observar que, “mesmo guardando a devida proporção entre os elementos que criam a riqueza em ambos os países”, parecia-lhe pouco o meio circulante do Brasil.

No exemplo oferecido pelo método comparativo, Mauá era cauteloso, como que intuindo que o Produto Nacional, *per capita*, num país mais desenvolvido exigia maior quantidade de meio circulante. Tinha consciência de que os dados do método comparativo “não são dados seguros, sem dúvida” — admitia — “derramam, porém, alguma luz. Cumpre aproveitá-la”. (p. 26)

Em toda sua argumentação, vale salientar que Mauá nunca abandonava os dados da experiência. Diante da precariedade dos dados comparativos, aconselhava: “Apalpe-se, pois, entre nós, o terreno e resolva-se a questão de um modo prático.” Isto porque — ponderava — “nas condições especiais de existência de nosso papel-moeda, não é possível arrancar da ciência (econômica) dados positivos.” Assim não hesitava em dizer: “Experimente-se, pois! A ciência não é senão a aglomeração de dados bem averiguados que conseguem, pela descoberta da verdade, firmar o princípio que a simboliza na espécie controvertida.” (p. 27)

<sup>7</sup> Um índice de custo de vida no Brasil somente veio a ser preparado da maneira mais precária, em 1912, por um caderno de contas de um funcionário do Ministério da Fazenda.

Esta afirmação de Mauá é também digna de especial destaque pelo que revela de racionalidade no campo da filosofia científica que o inspirava. Embora, à primeira vista, a frase de Mauá possa parecer pouco clara, afigura-se-nos que ele procura salienta como, pelo processo indutivo e dedutivo, isto é, pela averiguação dos fatos particulares se infere o princípio geral, ou a verdade científica que elimina a controvérsia. Por esse método, concluíra Mauá, com dados da história monetária do Brasil, ser falsa a proposição de que os metais preciosos eram necessariamente imprescindíveis em qualquer economia monetária. Lembremos, todavia, que, quando Mauá apelava para a experiência, ou os fatos da experiência, não significava isso que fosse ele partidário de um empirismo grosseiro: "Somos — advertia — dos que não admitem sem limitação a força da observação, tantas vezes repetida, de que a experiência é a melhor mestra, pois sustentamos que não o é senão quando a causa verdadeira dos fatos de que se quer tirar lição se acha bem determinada." (p. 21)

Com essa ressalva, Mauá revela-se de acordo com os melhores filósofos da ciência, desde Comte (antes de sua decadência) até os contemporâneos. Salientam eles que, no campo das ciências empíricas, não basta a acumulação de fatos, para formar uma teoria, mas sim, a ordenação desses fatos pela descoberta da relação funcional que liga os fenômenos e define as leis. Na passagem citada anteriormente, em verdade, Mauá dá a impressão de estar familiarizado com o princípio fundamental da filosofia positiva de Comte, mais tarde vulgarizado numa frase de Poincaré, muitas vezes repetida, de que uma teoria científica é feita de fatos, como uma casa é feita de pedras, mas uma acumulação de fatos não faz uma teoria, assim como um amontoado de pedras não significa uma casa.<sup>8</sup>

São esses aspectos da argumentação de Mauá que, repetimos, fortalecem a convicção de estarmos em presença de um dos mais seguros espíritos científicos que produziu o Brasil no século XIX, dada a originali-

<sup>8</sup> Poincaré, negando que, a pretexto de objetividade, as proposições científicas devam-se reduzir exclusivamente à experiência, dizia: "*Non, cela est impossible, ce serait méconnaître complètement le véritable caractère de la science. Le savant doit ordonner; on fait la science avec des faits comme une maison avec des pierres; une accumulation de faits n'est pas plus une science qu'un tas de pierres n'est une maison.*" (Flammarión. *Science et Hypothèse*, p. 168.)

Essa observação de Poincaré parece, sem dúvida, inspirar-se na filosofia da ciência de Comte (antes de sua decadência). No sexto volume de seu *Cours de philosophie positive*, encontra-se esta passagem: "Nous avons consacré la maxime, devenue, depuis Bacon, si heureusement vulgaire, sur la nécessité continue de prendre les faits observés pour base... Mais, d'une autre part, nous avons pareillement écarté les irrationnelles dispositions, aujourd'hui trop communes, que réduiraient la science à une stérile accumulation de faits incohérents; car nous avons reconnu, en tous genres, que la véritable science... se compose essentiellement de lois et non de faits, quoique ceux-ci soient indispensables à leur établissement." (*Cours*, Ed. Litré, 1869. v. 6, p. 600.)

dade de sua crítica, antecipando a solução de problemas da economia política que somente hoje são compreendidos. O leitor mais especializado no campo da política econômica moderna observará, na parte final do resumo do ensaio de Mauá, apresentado em apêndice, que ele antecedia de muito o que hoje, por influência da crítica de Keynes à finança ortodoxa, denomina-se “finança funcional”, mostrando como é possível emitir, para cobrir deficits orçamentários, sem inflacionar.

Notará, também, o leitor, que uma das preocupações de Mauá era a de reduzir a taxa de juros do dinheiro, eliminando a concorrência do Tesouro no mercado financeiro. Com sua “finança funcional”, adverte Mauá que uma vez atingido o limite da capacidade de expansão monetária, “providências em sentido contrário” (p. 28) deveriam ser tomadas, tal como sugere a política econômica moderna, ao surgir a inflação.

Observemos ainda que em 1878 Mauá também antecipava as paradoxais conclusões que a análise de Keynes viria a apresentar mais de meio século depois, em 1936, em sua *General theory*, relativamente às vantagens que, na depressão, poderiam advir para a comunidade, com gastos para fins improdutivos ou de desperdício, como é o caso de gastos com guerras ou terremotos, financiados com papel-moeda. Mauá, igualmente, indicava como a guerra do Paraguai foi em parte benéfica, porque obrigou o Governo a emitir, lançando dinheiro em todo o vasto território nacional. “De um grande mal — dizia — nasceu algum bem, dizemo-lo afoitamente, cômicos de provocar a iracunda explosão negativa dos doutrinários inflexíveis.” (p. 31) Pode-se dizer que, tal como Keynes, Mauá esperava que os estadistas compreendessem que melhor seria emitir para fins de maior utilidade social.<sup>9</sup>

## 5. A rejeição do absurdo

Assinalemos agora que Mauá, nas palavras finais de seu ensaio, registrava que o Governo da época decidira fazer nova emissão na fase depressiva em que se encontrava o país. Contudo, não deixava Mauá de salientar a força do preconceito da moeda metálica, manifestada no decreto que autorizava a emissão, ao estabelecer que deveria haver uma “retirada anual desse papel da circulação”. Exclamava então Mauá a

<sup>9</sup> Observa Keynes, em sua *General theory*: “Pyramid-buildings, earthquakes and even wars may serve to increase wealth, if the education of our statesmen on the principles of the classical economics stands in the way of anything better.” (p. 159.)

esse respeito: "Os preconceitos têm, na verdade, muita força! A promessa *antecipada* de uma forte retirada anual desse papel da circulação deixa entrever receio — ou então que o instrumento (papel) precisa *acreditar-se*."

Com tais observações revelava Mauá bem compreender que emissões de moeda (ou crédito) são irreversíveis, algo que, desgraçadamente para a economia do Brasil, Joaquim Murтинho, Ministro da Fazenda de Campos Sales jamais entendeu, por estar preso à ortodoxia da moeda metálica. Depois de evidenciar que o papel-moeda inconversível tinha sido benéfico ao país, argumentava Mauá que esse papel poupara ao Brasil a necessidade de converter em ouro divisas resultantes da exportação de nossos produtos. Se fosse adotada a política preconizada pelos "malsinadores de nosso papel-moeda", como os chamava Mauá, isso implicaria pressão deflacionista, restringindo a produção nacional, além de impedir a importação de artigos de que o país necessitava. "E podia o país suportar semelhante pressão? — perguntava Mauá. Afirmamos deliberadamente que não — respondia — sem arruinar-se ou suportar as conseqüências de um verdadeiro cataclismo."

Foi exatamente essa a política que Joaquim Murтинho abraçou, duas décadas mais tarde, visando a realizar a idéia da moeda conversível em ouro.<sup>10</sup> Ainda a propósito dos sacrifícios que tal idéia poderia causar ao país, vale assinalar aqui a frase de repúdio de Mauá à doutrina daqueles que, em sua época, achavam que o Brasil deveria fazer um empréstimo no exterior, pagando juros, para importar metais preciosos, a fim de lastrear a moeda — algo que implicaria o retorno dos mesmos, com qualquer desequilíbrio no balanço de pagamentos. Daí repelir Mauá tal sugestão, dizendo: "*O absurdo não se discute, rejeita-se.*"

## 6. Conclusão

Em toda essa extraordinária crítica de Mauá aos equívocos da escola metálica, o que causa pasmo não é apenas a incompreensão dos homens de seu tempo sobre suas idéias, mas o total esquecimento a que foi relegada, até hoje, sua importante contribuição de crítica científica, precedendo muito do que se veio a fazer e ter-se-á de fazer ainda no campo da ciência econômica. Recordemos que, singularmente, seus biógrafos

<sup>10</sup> Veja-se capítulo "Vieira Souto e o mito Campos Sales — Joaquim Murтинho" de nosso *Ouro — A relíquia bárbara*.

mais entusiastas, como Alberto de Faria ou Cláudio Ganns (este, seu bisneto), fazem esforços para tentar provar que Mauá não era favorável ao papel-moeda, como que envergonhados e receando fosse ele confundido com um “papelista” vulgar. Vemos assim este curioso paradoxo: justamente onde Mauá apresentou o mais importante subsídio à crítica da ciência econômica de sua época, que deveria ser reconhecido e exaltado, procura-se, ao contrário, escondê-lo ou negá-lo. Infelizmente, sendo espíritos literários os que escreveram as biografias de Mauá, deixaram-se influenciar pelas errôneas apreciações, feitas por outros anteriormente, como a de Joaquim Nabuco que no seu *Um estadista do Império* (v. 3, p. 457), em nota de louvores a Mauá, faz-lhe esta restrição: “Como financeiro era, porém, um espírito sempre entenebrecido pelas ficções do papel-moeda.”

O mais curioso é verificar que, em época mais recente, um intelectual brasileiro de orientação marxista, como foi o caso do falecido professor de direito, Castro Rebelo, em seu lamentável *Mauá — Restaurando a verdade* (1932), protestando pelo fato de afirmar Alberto de Faria que Mauá fora “desabridamente contra a desgraça do papel-moeda”, esforçava-se então em provar o óbvio, isto é, que Mauá estava, dizia, “entre os mais decididos e persistentes preconizadores do papel-moeda”, como se isso fosse um absurdo. “O incontestável — insistia Castro Rebelo — é que Mauá defendeu, com pertinácia, o recurso ao papel-moeda inconversível.” (p. 99) O ar de vitória apresentado na argumentação de Castro Rebelo é algo divertido. Prova-se, assim, mais uma vez, que burgueses como Alberto de Faria, partidários da moeda metálica, e marxistas como Castro Rebelo, jamais poderiam compreender a superioridade de Mauá sobre os economistas clássicos e Karl Marx.

Outro equívoco a ser desfeito, em torno da inspiração das teorias econômicas de Mauá, prende-se à pretensão de Alberto de Faria de querer ver nele influência das idéias “filosófico-econômicas” do sansimoniano Michel Chevalier. O engano é patente, sabendo-se que Chevalier era um partidário da moeda metálica. A influência de Mauá era sem dúvida inglesa. Ele certamente lera economistas como Ricardo, Mac Culloch e John Stuart Mill, como se pode comprovar não só pelo que deixou escrito, mas também porque os cita em um de seus discursos parlamentares.<sup>11</sup> O que, porém, Mauá jamais aceitou foi o erro fundamental desses economistas com a apologia do padrão-ouro. Se se quer filiar Mauá

<sup>11</sup> 31 de agosto de 1858.

a alguma corrente de pensamento econômico, cremos que se poderia identificá-lo como da mesma linhagem de Boisguillebert e Silvio Gesell (este, homem de negócios como Mauá) e que viram que o mal não estava na iniciativa ou propriedade privada, mas sim no sistema monetário.

Notemos que Mauá percebeu que o dinheiro era "força-motriz", "motor das transações", sem se preocupar jamais com a suposta função de "reserva", de "valor" que os clássicos e Marx lhe assinalavam. A este respeito, Mauá observava em seu ensaio: "É sabido que o papel-moeda, em todos os outros países onde foi admitido, é apenas um concorrente para transmissão dos valores. É reconhecido como bom motor para certa ordem de transações, repellido, porém, de um modo absoluto para outras que só podem realizar-se pela intervenção de metais preciosos." Desde que, observava Mauá, "a singularidade de nossas condições monetárias não tem merecido a devida atenção dos nossos estadistas", "não admira que escape ao estudo e apreciação de alguns economistas da maior pujança intelectual que na velha Europa sujeitam esta questão ao critério de sua razão". (p. 18-9)

Esperamos haver aqui apresentado alguns traços do perfil do homem de ciência que também foi Mauá, esse tipo superior da humanidade, que comprovou ser grande em todos os campos de atividade a que o conduziu seu espírito criador e sua assombrosa energia. Acreditamos que, posta em relevo esta desconhecida faceta de seu gênio, comprova-se o quanto ainda resta fazer para que os brasileiros (e estrangeiros) conheçam as dimensões desse gigante que, como empresário dos maiores da história humana, foi alavanca do progresso do Império, com empreendimentos do Amazonas ao Prata, todos da maior relevância para o desenvolvimento do país. No entanto, sua grandeza, e os benefícios que prestou ao Brasil nunca foram devidamente reconhecidos, especialmente sua crítica à teoria metálica da moeda, da qual não se livrou inteiramente o mundo, ainda vinculado ao ouro pelas cláusulas do F.M.I.

## Apêndices

### A) *Nota sobre o resumo de "O meio circulante do Brasil"*

Esclarecemos que o resumo de "O meio circulante do Brasil", do Visconde de Mauá, a seguir apresentado, será feito com excertos da publicação original da edição de 1878, Rio de Janeiro. (Tip. Impres. e Const. de

J. Villeuneuve & C.) Esse ensaio de Mauá foi primeiramente apresentado na forma de 10 artigos para o *Jornal do Comércio* do Rio e ali publicados entre 2 e 23 de abril de 1878.

Os textos selecionados para o resumo não são apresentados inteiramente na ordem consecutiva em que aparecem na publicação original. Excertos que correspondem ao último capítulo, extraídos das páginas 30 e 33, foram inseridos entre aqueles das páginas 7 e 9, como o leitor verificará. Cuidamos que, com essa transposição de matéria, a argumentação de Mauá, para o objetivo que temos em vista, ganhará talvez em clareza e objetividade, sobretudo para os leitores menos especializados no tema. Com o mesmo propósito, pareceu-nos também conveniente dar subtítulos ao resumo desse ensaio e corrigir pequenos lapsos de regência e de concordância no texto originalmente publicado.

Notará o leitor que uma das características do estilo de Mauá era a de grifar constantemente palavras de seus argumentos. Ousamos, todavia, grifar também a grande frase: "*O absurdo não se discute, rejeita-se.*" Cabe lembrar que, na apreciação prévia que fizemos sobre a contribuição de Mauá, apresentamos citações do seu ensaio (duas ou três) que não aparecem no resumo em apêndice. Com isso, esperamos motivar o leitor para o exame de todo o ensaio de Mauá, que apresenta outros valiosos argumentos de sua importante contribuição. Tal ensaio encontra-se na íntegra republicado em apêndice na obra editada por Cláudio Ganns a que deu o título *Autobiografia* do Visconde de Mauá.

## B) *Resumo de "O meio circulante do Brasil" (1878) do Visconde de Mauá*

### a) *Preâmbulo*

O Brasil, tomando lugar no congresso das nações, ao separar-se da mãe-pátria, achou-se em presença de necessidades financeiras de caráter indeclinável e urgente. (p. 3)

Se por um lado tivemos a boa sorte de ver colocado à frente da grande idéia da nossa emancipação política o herdeiro da coroa de Portugal, o que nos livrou de pesadíssimos sacrifícios para conseguirmos a nossa organização social, por outro lado tivemos desde logo de atender às exigências peremptórias de uma luta externa em defesa da integridade do território que a separação da mãe-pátria nos entregara como patrimônio nacional.

Improvisar recursos para fazer face a tamanhas necessidades não era fácil tarefa em uma situação nascente, em que o capital ativo era privilégio de poucos, e nem os elementos que criam a riqueza eram ainda estudados entre nós. Não era isto para estranhar, pois se o estudo da economia política começara, já havia algum tempo, em certas nações adiantadas em cultura intelectual, as conclusões da ciência estavam ainda longe de ser admitidas, e por muitos anos sofreram impugnação. Ainda hoje é matéria duvidosa *se todos os princípios* apregoados por essa ciência resistem à ação e pressão dos fatos econômicos sempre e em toda a parte. (p. 3-4)

É, com efeito, sabido que, antes que uma *teoria* consiga firmar-se na sólida base da *ciência*, tem de pôr à prova as suas conclusões, que devem ser *invariáveis* em todos os países e em qualquer ocasião; de outro modo perde a *teoria* aquela base vendo-se substituída pelos ditames da *força das circunstâncias*, mesmo eventuais, que aconselham a adoção de certas medidas na vida financeira e econômica dos países em que o *desvio* de pretendidos axiomas econômicos torna-se de proveitosa aplicação prática.

E, na verdade, cumpre estar prevenido contra certas idéias apregoadas com dogmática severidade por parte de doutrinários inflexíveis, as quais nem sempre são aplicáveis a países onde as causas que determinam certos fenômenos são diversas, e portanto o regime aconselhado como salvador de altos interesses para uns daria em resultado ficarem estes seriamente comprometidos em outros, se o bom senso nacional não repelisse o *presente grego*, que os chamados *mestres da ciência* lhe querem impor.

Se, porém, nem sempre tiveram o cunho do maior acerto as medidas legislativas e administrativas adotadas para criar recursos desde a época *primitiva* ou na aurora da vida política do país, em que não era possível esperar grande cópia de conhecimentos científicos e nem práticos na gestão dos negócios públicos, cumpre não esquecer que, em tais circunstâncias nenhum povo deixou de pagar o tributo da *inexperiência*. (p. 4)

E, não obstante, já então o *imposto* foi, como ainda é hoje, encarado pelo bom senso do país como a principal fonte de onde tirar meios para satisfazer as primeiras necessidades. Não era, porém, possível lançar mão, desde logo, desse recurso na escala dos variados tributos com que mais tarde a irreflexão de nossos estadistas procurou aumentar os in-

gressos ao tesouro nacional, sem preocupar-se com as condições que devem acompanhar semelhantes encargos, a fim de não se darem os males que provêm da *má distribuição do imposto*. (p. 5)

Do *empréstimo*, ao dar os primeiros passos a *autonomia nacional*, era impossível lançar mão, pois não só o capital ativo se achava possuído por mui poucos, mas também ninguém ignora que na infância das sociedades, o *crédito público* é coisa desconhecida. (p. 7)

*Felizmente*, para o nascente Império, ao trasladar-se temporariamente, para o Rio de Janeiro, a sede da monarquia portuguesa em 1808, havia o Príncipe Regente criado por decreto régio o *primeiro Banco do Brasil*.

É esta uma das razões, senão a principal, por que fomos buscar em época remota o *ponto de partida* de nossas apreciações financeiras, ligado como se acha esse passado ao presente por uma cadeia de fatos de que a história do nosso país fornece os pormenores.

#### b) Benefícios do papel-moeda no Brasil

O estudo da economia política é difícil pelas variantes que abrange, e pelas circunstâncias essencialmente *diversas* até onde pretende estender essa ciência a influência de seus princípios, querendo seus apóstolos *dominar* fatos que ainda não podem explicar. Isto provoca resistências que, sem condenar a *ciência*, desautorizam alguns dos seus dogmas, como outros com igual pretensão já o foram, e denuncia a necessidade de maior estudo quanto à origem de certos fatos em controvérsia, ou talvez a necessidade de expulsar do seu vasto arsenal científico mais de uma pretensão insustentável. (p. 7)

É principalmente nas discussões prolongadas que ainda hoje se dão, e prometem mais largo desenvolvimento quanto a seu ramo mais difícil — a *ciência monetária* — que divergem as opiniões, assim das massas (a quem mais *interessa a solução*), como dos apóstolos autorizados das doutrinas econômicas.

Existindo já o Banco do Brasil na época em que necessidades imprevistas e imperiosas, criadas pela luta externa a que nos referimos, exigiam atenção preferente, foi o papel desse banco o *instrumento* que o governo do primeiro reinado encontrou para manobrar, e satisfazer as maiores urgências do Estado, sendo insuficiente o produto dos impostos de que era possível lançar mão, na ausência de qualquer outro recurso imediato para fazer frente às dificuldades financeiras da época. (p. 7)

A duração da guerra contra a Confederação Argentina, a que o país foi *arrastado*, determinou a necessidade de copiosas emissões desse banco, que forçosamente se tornaram desde então *papel inconversível*. (p. 8)

As exigências de maior quantidade do instrumento de permutas foram, porém, tão clamorosas (em 1838) que, logo no ano seguinte, a lei nº 91 de 23 de outubro de 1839 decretou um aumento de circulação na importância de 6 075 000\$000 — e boa recordação guardamos das palavras com que foi acolhido esse ato legislativo pelo acreditado *Preço Corrente* dessa época, que transmitia ao exterior, mensalmente, as ocorrências financeiras da praça, redigido por Stock-Meyer Gracie Hobkirk e Cia.: “Na Europa mal se poderá compreender que um aumento de *notas inconversíveis* determinasse um *melhoramento sensível nas condições monetárias deste país*.” (p. 30)

Obedeciam esses senhores visivelmente à opinião que então e sempre condenou o papel-moeda. No entanto, não impediu essa opinião que as urgências da praça se manifestassem, e já em 13 de novembro de 1841 nova emissão de notas foi autorizada na importância de 4 704 520\$000 e em 7 de junho de 1843 mais 1 150 000\$000, elevando a circulação delas a 45 717 851\$000, sem afetar o *valor* desse papel que continuou a ser *exclusivamente regulado* pelo valor dos produtos exportáveis, sem nenhuma referência à moeda metálica, cujo valor era completamente dominado por esse papel, não sendo raros os casos em que o câmbio elevou-se acima do par.

Chegamos, porém, ao período em que o papel-moeda que constitui o único motor das transações do Brasil, ostentou seu maior poder e salvou o Império de um imenso cataclismo. Referimo-nos à guerra contra o ditador paraguaio, cuja *origem* não discutiremos. (p. 30)

### c) Efeitos da guerra

Durante os cinco anos de atividade guerreira foi preciso aumentar o meio circulante de papel inconversível de 45 817 651\$000 que existia, com mais 124 214 310\$000, sendo 112 993 886\$000, em virtude de atos legais que o facultaram; 10 220 430\$000, durante o ministério Zacarias a título de *antecipação* ou *substituição* de notas dilaceradas, que nunca se realizou. (p. 31)

Examinemos ainda os *resultados práticos* dessa grande emissão de papel-moeda, que, no entender dos inimigos irreconciliáveis desse instrumento de permutas, devia *fundir* o valor do meio circulante que pos-

suímos, reduzindo-o às condições dos *assinados* da França! Ao passo que os fatos vieram mais uma vez dar solene desmentido às previsões desses pregoeiros da ruína, que se evitava com o próprio fato [a emissão] por eles condenado!

Encontrava dificuldades em sua transmissão a massa de riqueza moderada, já então acumulada, pois desde 1850 alguma conversão em valores permutáveis se havia operado dos recursos naturais do país, devido ao espírito de associação, que nessa época começara a dar os primeiros passos, o que assustou por tal forma os rotineiros, que desde logo cuidaram em atar as pernas ao gigante, com receio de que, caminhando, pudesse cair! (p. 31)

As transações ou a transmissão dos valores sujeitos à lei econômica da oferta e da demanda, se achavam, como já o dissemos, necessariamente peadas. O grande elemento que o *crédito* representa nas permutas sofrera golpe com a legislação financeira de 1860, e a crise de 1864 veio ainda mais enfraquecer esse poderoso instrumento que nas sociedades bem organizadas supre a falta de meio circulante. Os 45 mil contos de papel-moeda, que em um estado de crédito satisfatório auxiliavam a circulação dos valores, quebrada a força daquele instrumento, tornaram-se manifestamente insuficientes. Foi, pois, em tais circunstâncias, uma salvação a presença em maior escala da *força-motriz*, representada nesse papel-moeda, digam o que quiserem os seus inimigos. (p. 31-2)

Os caminhos de ferro têm necessidade de vagões na proporção das mercadorias a transportar, sob pena de ficarem estagnados, em prejuízo da riqueza pública, os valores que têm de transitar. (p. 32)

Se os vagões são de mogno, ou de pinho, é indiferente, o que cumpre é que existam em *número suficiente*. Assim também as transações carecem de instrumentos de permuta, sob pena de *atonía*, se não bastam os que existem, causando a maior perturbação a sua falta, pois a criação da riqueza fica embaraçada em grave detrimento dos interesses das sociedades. (p. 32)

À primeira vista, a elevação ao triplo do *quantum* do meio circulante no curto período de cinco anos, sem que as transações pudessem aumentar *proporcionalmente* nesse prazo, deveria produzir a perturbação que os economistas denunciam, como coisa certa, em tais casos. Deu-se o fato? Não certamente — à medida que esse papel se foi derramando na circulação do vasto Império, de que nos orgulhamos, se foi elevando o seu valor, e sua escassez novamente manifestando-se a ponto de ser necessário, poucos anos depois, uma nova emissão, para fazer frente a uma defi-

ciência *reconhecida e provada*, votando-se a lei de 29 de maio de 1875 — chamada de *Auxílio aos Bancos*, que foi a *medo aplicada*, salvando-se as instituições de crédito que tinham apólices e *bilhetes do tesouro* em quantidade suficiente para garantir com esses títulos os adiantamentos de que necessitavam. (p. 32)

Não havia nessa época nenhum abalo recente ao crédito derivado de prejuízos suportados por interesse algum dos que influem na vida econômica, financeira e comercial do país. A *escassez* de numerário era de tal ordem que as *reservas de todos os bancos reunidos* não alcançavam a cifra que o maior deles não pôde jamais dispensar em satisfação das necessidades de sua posição na praça.

O estado dos câmbios era tal que, depois de realizada *toda a nova emissão*, bastavam apenas 98\$ do nosso papel-moeda para obter uma letra de câmbio de *cem mil réis* em ouro cobrável em qualquer praça estrangeira. Querem provas mais decisivas? Impossível fornecê-las.

Querem prova igualmente *decisiva* de que não os *metais preciosos*, porém *outras causas*, influem no *valor desse papel*? Aqui a tem. Depois de recolhida a totalidade do papel que entrou em circulação em *Auxílio aos Bancos* em obediência à lei, o câmbio baixou notavelmente e tem mais declinado — onde está, pois, o valor prático de nossas teorias em relação ao papel-moeda do Brasil, que assim proclama a sua independência, embora tenham essas teorias o apoio dos economistas de maior pujança científica? (p. 32-3)

As emissões referidas vieram pois estabelecer prova plena de que era *insuficiente* a quantidade previamente em circulação. Elas satisfizeram necessidades *indeclináveis* da ocasião em que os brios e a dignidade nacional estavam empenhados, impossíveis de serem atendidos sem essa intervenção.

Mais tarde, derramando esse papel pela vasta extensão do território pátrio, ficou ainda provada sua insuficiência, para mover *todas as transações do Brasil*. (p. 33)

d) A moeda conversível, as crises e o falso padrão

Se a *moeda*, e os bilhetes de banco conversíveis à vontade dos portadores constituem o *motor por excelência* das transações monetárias de qualquer país, porquanto esse tipo comparativo do *valor* não constitui unicamente *ordens à vista sobre o capital do país que lhe dá circulação*, mas tem a vantagem de ser aceito para o mesmo fim pelo valor convencional que

seu cunho lhe empresta, em toda a parte, aonde o comércio tem estendido a sua ação civilizadora, o que, na verdade, nada deixa a desejar, não se segue que essas condições superlativas de um *ótimo meio circulante*, dos países que possuem *amplos recursos* para mantê-las, não possam ser substituídas, *com vantagem, com grande vantagem mesmo*, pelo papel não conversível. (p. 9)

Em última análise, como é visto e sabido, os metais preciosos escolhidos de *preferência* para servirem de motor às transações, são apenas *mercadoria* sobre a qual, devido a *essa aplicação especial*, a lei econômica da oferta e da demanda atua com maior intensidade, em circunstâncias dadas. Produz-se então *demanda excepcional*, que determina violento abalo às transações, depreciação geral de todos os valores, e conseqüentemente *perdas enormes*, e não só no próprio país que sofre imediatamente os efeitos da *crise*, porém ainda (se se trata de um grande centro comercial) fazendo suportar as mesmas ou maiores contorções outros países com quem se ache relacionado.

Quem há aí tão pouco lido na história financeira do mundo que não aponte com o dedo até as datas em que os terríveis efeitos dessas crises se fizeram sentir no mundo comercial? E no entanto, os exagerados apóstolos da escola metálica fecham os olhos a essa imensa nomenclatura de desastres, que deram em resultado perdas reais, do mais estupendo alcance, e também a *transferência injusta* de muitas fortunas de umas para outras mãos, sempre em vantagem das *grandes fortunas* que nessas ocasiões, como regra, absorvem as *médias e mínimas*, envolvidas nos maiores esforços da atividade industrial. (p. 9-10)

O que têm dito e escrito os mestres da ciência econômica não nos constrange e nem nos assustam as *doutrinas* por eles apregoadas, elevadas à categoria de *axiomas*, tratando-se da *moeda*.

Sabemos perfeitamente que os metais preciosos respondem melhor às exigências que determinaram o invento de um agente ou instrumento de permutas em substituição dos que empregavam os *antigos*, para conseguir a troca das *sobras* do que produziam, tanto no terreno das individualidades, no começo da vida econômica da humanidade, como mais tarde, nas relações entre as diferentes nacionalidades, desde que o excesso de produção de alguns artigos em umas tornou necessária a troca pelos de diversa espécie que outros países conseguiam também produzir, em excesso de seus respectivos consumos.

Criou-se assim o comércio internacional, que trouxe necessidades, e entre elas a de um *valor-tipo* com o qual se pudesse comparar todos

os outros valores. Em vão se tem procurado *consegui-lo*, falhando ou *esbarrando* as pretensões dos mais abalizados economistas, na impossibilidade de determinar a importância da *participação dos agentes naturais*, na formação do valor em questão, sendo certo que, em alguns casos, haverá maior soma de *esforços pessoais* para produzir o agente buscado, ao passo que em outros predominará maior auxílio de *agentes naturais*. A teoria da moeda (metálica) é, pois, viciosa economicamente falando, e não responde à questão que pretende resolver. (p. 10)

Se a lei é impotente para fazer representar na moeda *um verdadeiro tipo invariável de valor*, segue-se que essa exigência não pode aspirar a impor-se como necessária aos fins coletivos das sociedades. A criação da riqueza dispensa uma fórmula que a verdadeira lei natural científica não reconhece.

Os países que aspiram a ocupar o lugar conspícuo no grêmio das nações civilizadas não podem, porém, dispensar instrumentos de permuta, adequados às exigências de sua vida econômica, financeira e administrativa. (p. 15)

A potente coadjuvação desse valioso elemento na criação e distribuição da riqueza, que se chama comércio, mal pode exercer a sua ação vivificadora encontrando-se *baldo* do motor que imprime movimento às transações.

A história financeira das principais nações do globo registra um catálogo imenso de desastres, devido a situações semelhantes [carência de moeda metálica] fazendo aparecer em muitos casos a intervenção do poder público para salvar os interesses gerais comprometidos, decretando-se mesmo o curso forçado temporário das notas bancárias, o que, *na maioria dos casos*, tem bastado para dominar as crises. (p. 16)

O regime monetário, por tal forma constituído, tem sido até agora considerado como a melhor expressão da inteligência humana sobre essa matéria. (p. 16)

Os inimigos inveterados de todo o papel inconvertível, porém, só descobrem males em ser esse instrumento utilizado como *motor das transações*. No entanto, a história financeira de quase todas as grandes nações mostra-nos o papel-moeda intervindo para salvar das crises essas nacionalidades. (p. 18)

Concede-se que é um grande recurso, nas ocasiões difíceis; não pode, porém, ser empregado exercendo as mesmas funções, como auxiliar do trabalho que cria a riqueza, promovendo a circulação dos valores que

ele acumula. Isto é, pode o mais, não pode o menos! A lógica, base fundamental de toda a argumentação sólida, ficaria sepultada, se fosse sustentável a pretensão dos exagerados defensores da escola metálica.

Se da generalidade, no que respeita à intervenção do papel-moeda, como meio circulante entre as nações grandes e pequenas, que dele se têm utilizado para esse fim, passamos às ocorrências que a experiência própria nos fornece, que tropel de considerações, cada qual mais importante, não se apresenta ao espírito observador, que deseja aprofundar as questões, e interroga os fatos a fim de formar sobre eles juízo seguro, não se contentando com as conclusões *a priori* estabelecidas por espíritos prevenidos? (p. 18)

Com efeito, um país novo, porém de uma extensão territorial que se reconhece ser igual à de toda a Europa, país que ao separar-se da mãe-pátria, contendo uma população que não excedia de três milhões de almas, diz logo ao ouro e à prata: “Desconheço o vosso poder; para mim nada representais; posso viver perfeitamente sem a *vossa intervenção*”, e no fim de 56 anos, quadruplica a sua população e tendo convertido em riqueza uma parte insignificante de seus recursos naturais, elevou todavia a sua posição financeira ao mais alto grau de crédito, e conserva a sua independência monetária, sem quebra de suas relações econômicas desprezando aqueles régulos das transações do resto do mundo, não será um fenômeno digno de ser estudado, envolvendo como envolve a solução de um problema de economia social? (p. 19)

O *papel inconversível* de que se serve o nosso país há mais de meio século, realizando *exclusivamente* com ele as transações que suas necessidades, o desenvolvimento de seus recursos naturais, e o seu progresso industrial e comercial têm reclamado, desde a compra das verduras nos mercados até as mais altas operações financeiras, não pode deixar de ser reconhecido, e apreciado, como um instrumento de permuta benéfico. (p. 21)

E no entanto, esse instrumento de permuta que tantas e tão poderosas vantagens tem produzido entre nós, em proporção das quais as desvantagens são mínimas, tem sido alvo de ataques, injúrias, e até *calúnias*, que lhe não foram poupadas mesmo por homens eminentes do nosso país.

Sem dúvida eles assim pensam porque se limitaram a ler o que a respeito escreveram alguns nomes autorizados, sem querer estudar os fatos que nos são relativos, e que aliás contêm lições dignas de apreço, assim

na origem, como em seu desenvolvimento prático. E, não obstante, somos dos que não admitem, sem limitação, a força da observação, tantas vezes repetida, que a experiência é a melhor mestra, pois sustentamos que não o é senão quando a causa verdadeira dos fatos de que se quer tirar lição se acha bem determinada. (p. 21)

Demonstrada ao clarão dos fatos a utilidade de *nosso* papel-moeda folheando, dia por dia o livro prático de nossa vida econômica e financeira, durante mais de meio século, aspiramos a bater em brecha os defensores da introdução do regime metálico entre nós, seja qual for o terreno em que lhes aprouver colocar a discussão. (p. 21)

#### e) Rejeição do absurdo

Admitindo que um regime de circulação metálica responda melhor às exigências do comércio internacional, facilitando como facilita o pagamento sem grande diferença, dos saldos que a permuta dos valores determina entre países diversos, perguntaremos aos que nos querem felicitar com essa vantagem, se não se pode comprar ouro demasiado caro? Para conseguir essa posição, que dificuldades não seria preciso vencer. Que enormidade de sacrifícios a suportar. (p. 22)

Dois são os caminhos que a razão e a ciência indicam para alcançar semelhante fim: *aumento de produção* em escala bastante grande para assegurar o ingresso dos metais, em representação dos saldos a favor do país, durante a pletora produtiva; ou fazer uso do crédito no exterior para conseguir uma grande importação de metais.

A primeira hipótese luta com dificuldades invencíveis. O trabalho que cria riqueza escasseia em vez de aumentar; no Brasil, é a *primeira* e a mais urgente necessidade que hoje deve atuar no ânimo dos que representam o poder público na governação do Estado.

Se a primeira hipótese é por enquanto impossível, a segunda hipótese nem é discutível; *importar* metais para vê-los seguir, de tornà-viagem, talvez pelos mesmos vapores por que forem importados, seria o cúmulo dos disparates. *O absurdo não se discute, rejeita-se.*

O ingresso de capital estrangeiro que se conseguir pelo uso de crédito nacional, nas atuais circunstâncias, importa, quando muito, *o ferecer* ao comércio de importação um prêmio elevado, e dele se aproveita com avidez, conhecendo perfeitamente que é temporário o gozo de tão assinalado benefício.

Importa igualmente em convite aos capitais europeus empregados a crédito, no país, e cuja cifra total não é insignificante, para emigrarem, aproveitando-se da alta temporária do câmbio. Em seguida o país tem de pagar, desde logo, os juros, e gradualmente uma cifra por conta do capital, aumentando com cada uma dessas operações o desequilíbrio; isto é, essa operação dá em resultado *pura perda* para o Brasil. (p. 22)

E nem ao menos há a compensação de pagarmos um juro módico, sendo um perfeito logro o que as *aparências* inculcam. Pois do tipo por que se consegue realizar a operação há que deduzir pelo menos 10% para cobrir as diferenças do câmbio nas remessas, e como nenhum capital é devolvido ao estrangeiro, sem exportar no fim do prazo, pelo menos o triplo da quantia importada, calculem-se os sacrifícios que às forças produtivas do país impõem essas operações. (p. 22-3)

Se, pois, não temos sobras que nos permitam converter 200, 300 ou 400 000 contos de *capital do país*, em *instrumento de permuta*, desviando essa soma de empregos produtivos, e é insensato ir pedir ao estrangeiro capital para esse fim, e prejudicial ainda para qualquer outra aplicação, enquanto não mudarem nossas condições econômicas, o que nos resta fazer? Quebrar o remo? Não, certamente.

Aos que têm a responsabilidade de dirigir as forças vivas do país, na governação do Estado, cumpre estudar os meios de vencer as dificuldades, promovendo com os nossos próprios recursos a criação de riquezas.

Temos *motor suficiente* para mover e desenvolver as transações, que operam esse grande *desideratum*? É a questão que examinaremos em último lugar. (p. 23)

Temo-nos esforçado por provar que o instrumento de permutas que possuímos é bom, e que a *casualidade* tem mesmo descoberto nele *condições especiais*, determinadas pela circunstância de ser ele o *único* que o Brasil conhece desde a aurora da vida nacional. A história desse meio circulante nos faz saber que não obstante ser ele *papel inconvertível*, tem tido, não poucas vezes, valor *muito superior ao ouro, fato único* também na história financeira das nações. (p. 25)

O *papel de crédito* firmado pela *Nação Brasileira* não é inferior a nenhum. Não tem época fixa de pagamento, sem dúvida, nem disso necessita, desde que é *meio circulante*, motor das transações no Brasil, n'outras palavras: ordens à vista, sobre todo e qualquer objeto que constitua capital do país, inclusive os soberanos ou libras esterlinas inglesas, que aqui passeiam, que reconhecem nessas ordens o direito de adquiri-las. (p. 25-6)

Portanto, cai por terra a pretensão arrojada de seus inimigos, de que esse papel nada representa. O que falta a esse papel é a *elasticidade*, que ele possa *expandir-se* ou *contrair-se*, em obediência à lei econômica da oferta e da demanda. Questão de *savoir-faire*, questão de lei, ou questão de sabedoria dos homens chamados à governação do Estado. (p. 26)

#### f) O problema da quantidade

Como, porém, conhecer a quantidade indispensável desse precioso meio circulante que possuímos para mover as transações de todo o Brasil? É sem dúvida a questão mais difícil a resolver de todas quantas subleva a apreciação desse magno assunto de interesse nacional.

O estado de câmbio entre o Brasil e o estrangeiro não é elemento que influa no valor de nosso papel em relação aos tipos metálicos. O câmbio é efeito e não causa, indica, quando muito, o valor relativo do que se importa e exporta; não pode ser regulador.

A oferta e a demanda de capital flutuante em busca de colocação, a juros, poderia servir de termômetro se não se tratasse de um país tão vasto cujas condições econômicas são tão variadas.

Se não há outro meio, cumpre-nos lançar mão de dados comparativos: não são dados seguros, sem dúvida; derramam porém alguma luz; cumpre aproveitá-la. Na França, por exemplo, país de um mecanismo financeiro centralizado, cada habitante dispõe, segundo a *mínima* apreciação, de 275 francos (110\$ de nossa moeda) de meio circulante para servir de motor às suas transações: no Brasil, país dos mais vastos, cada habitante dispõe no máximo de 18\$ para o mesmo fim. Parece pouco mesmo guardando a devida proporção entre os elementos que criam a riqueza em ambos os países. Apalpe-se pois entre nós, o terreno, e revolve-se a questão de um modo prático. (p. 26)

Qual o meio prático? Nas condições de existência especiais do nosso papel-moeda, não é possível arrancar da ciência dados positivos, experimente-se pois. A ciência não é senão a aglomeração de fatos bem averiguados que conseguem pela descoberta da verdade firmar o princípio que a simboliza na espécie controvertida. (p. 27).

Já o dissemos e o repetiremos até a saciedade, o nosso país é o *único* que dispensou *completamente* as espécies metálicas, da missão principal que o mundo econômico lhe assinalou. Estamos, pois, na exceção, como ir buscar na *regra* os meios de melhorar o instrumento de que nos servimos?

Sem dúvida que no prosseguimento da experiência cumpre marchar com pausa, meditação e estudo prático. Desse estudo resultará que podemos elevar no decurso de alguns anos até o duplo uso do instrumento de permutas que possuímos, utilizando-o de um modo prudente e refletido, isto é, sem tocar a meta do *abuso*, pois é o uso que preconizamos e jamais o abuso. (p. 27)

Fazer desaparecer a concorrência nociva, altamente nociva, do tesouro público, na demanda do capital flutuante, seria nosso primeiro cuidado, pagando os bilhetes do tesouro que vencem juros, pelas notas que não suportem esse encargo. Será isso matar de uma cajadada não dois coelhos, como se diz vulgarmente, porém três coelhos. (p. 27-8)

Aumenta-se a massa do meio circulante, cuja insuficiência é manifesta, e que se prova de um modo decisivo pela simples leitura dos balanços de todos os bancos, que se publicam mensalmente, pois esses documentos não deixam hipótese alguma de dúvida no ânimo de quem possuir a mais leve tintura de idéias financeiras, quanto à insuficiência das reservas, as quais, para os fins de utilidade pública a que são destinadas, só aí podem ser encontradas.

A oferta e a demanda do capital flutuante, desembaraçada dessa concorrência, entra em condições normais: a taxa de juros diminui, e daí estímulo a empregos produtivos que entendem com o progresso do país.

E por último, porém, não de pouca importância, suprime-se uma verba de despesas contemplada no orçamento, que não baixa na prática de dois mil centos anualmente.

Em seguida, iríamos fazendo frente aos pagamentos em excesso da renda pública, com esse mesmo instrumento até alcançar o limite, em que o *abuso* se denuncia; tocado ele, providências em *sentido contrário*. (p. 28)

g) Nova emissão decretada

Acabávamos de consignar ao papel as idéias que ficam expendidas, quando lemos o decreto de 17 do corrente (abril de 1878), que contém um ato governativo de vigorosa iniciativa. (p. 33)

*Desta vez*, o meio circulante lançado à circulação tem missão pacífica a desempenhar. O *inimigo* que vai combater, porém, é bem digno do esforço que a medida denuncia. (p. 34)

Lamentamos ver no final do decreto citado uma espécie de receio da parte dos generais que têm de fazer uso do *instrumento na primeira instância*: os preconceitos têm muita força. A promessa *antecipada* de uma forte retirada anual desse papel da circulação deixa entrever receio — ou então que o instrumento precisa *acreditar-se*. (p. 34)

Mantemos a convicção profunda de que se trata de fazer um bem, e temos robusta crença de que a firma da nação brasileira, que esse papel representa, responderá satisfatoriamente pelo seu valor. Quanto ao *modo* e *forma* de tornar *efetiva* essa responsabilidade, é questão para uma discussão larga e completa, em que têm de ser consultados todos os elementos que constituem o poder público nacional. (p. 34)

## REEMBOLSO POSTAL

### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

A fim de simplificar e tornar mais rápido o envio de pedidos de publicações da Fundação Getúlio Vargas, sugerimos o uso do reembolso postal, que beneficiará principalmente às pessoas residentes em locais afastados dos grandes centros. Assim, na ausência, em sua cidade, de representantes credenciados ou livrarias especializadas, dirija-se diretamente pelo reembolso ao

### SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 188 — CAIXA POSTAL, 21 120, ZC-05,

RIO DE JANEIRO — GB.